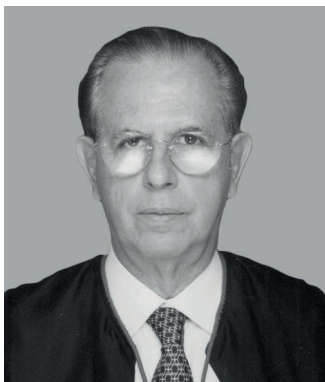




PROGRAMA
HISTÓRIA
ORAL

DESEMBARGADOR
JOSÉ DE CAMPOS
AMARAL



ENTREVISTA CONCEDIDA PELO DESEMBARGADOR JOSÉ DE CAMPOS AMARAL AO PROGRAMA HISTÓRIA ORAL DO TJDFT

José de Campos Amaral nasceu na cidade de Anápolis-GO, no dia 3 de maio de 1932. Formou-se Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), em 1958.

Na vida profissional, atuou como chefe do Departamento Jurídico da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), no ano de 1964; foi Procurador-Geral do Distrito Federal, entre 1967 e 1969; designado representante, como Procurador-Geral, para constituir a Companhia de Telefones de Brasília, havendo procedido aos atos de constituição, organização e instalação, a Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB) e a Companhia de Água e Esgoto de Brasília (Caesb). Foi membro efetivo do Conselho de Administração da CEB; juiz substituto, na Classe de Jurista, do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF), entre 1985 e 1986, quando passou a ser juiz efetivo na Classe de Jurista daquele Tribunal Eleitoral, exercendo o cargo por

um biênio. Campos Amaral foi, também, consultor jurídico do Ministério do Interior e membro do Instituto dos Advogados do Distrito Federal. Por dois biênios, ocupou o cargo de conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF), Seção do Distrito Federal, exercendo a presidência da 2ª Comissão de Ética e Disciplina da OAB-DF. No dia 18 de dezembro de 1991, ingressou no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), no cargo de Desembargador em vaga destinada a Advogado. Eleito Vice-Presidente do TRE-DF, para o biênio 1998/2000 e eleito Vice-Presidente do TJDFT, para o biênio 2000/2002.

Aposentou-se no cargo de Desembargador do TJDFT, em 2 de maio de 2002. Ao longo de sua vida profissional, Campos Amaral recebeu várias homenagens, tais como: medalha do Mérito do Burity, por Decreto do Governador do Distrito Federal, em 1979; medalha do Mérito Alvorada, por Decreto do Governador do Distrito Federal, em 1980; Ordem do Mérito Dom Bosco, no Grau de Grande Oficial, conferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em 1997; Ordem do Mérito Brasília, no

Grau de Comendador, conferida por
Decreto do Governador
do

Distrito Federal. Foi agraciado, ainda, com o título de Cidadão Honorário de Brasília, concedido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), conforme Decreto Legislativo n. 371 de 29/12/1998. Recebeu a Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios, no Grau de Grã-Cruz, em 2000; medalha da Ordem do Mérito Alferes Joaquim José da Silva Xavier, da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), em 2001; medalha Mérito Santos Dumont, conferida pelo Comando da Aeronáutica, Ministério da Defesa, em 2001, e medalha Mérito Eleitoral, na Classe de Jurista, conferida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF), no ano de 2001, entre outras homenagens.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Desembargador Campos Amaral, temos um projeto chamado Projeto Memória¹. Antes de fazer qualquer pergunta, gostaria de falar um pouco sobre a importância deste projeto. Quando ainda viva, a desembargadora Maria Thereza Braga (Haynes)², e o Juiz Rios³, nós nos reunimos para ver se fazíamos alguma coisa para resgatar a memória do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, em Brasília, porque, a rigor, este Tribunal começou na Bahia, porque era o Tribunal da Capital da República, era o Tribunal da Relação. Mas, tivemos a seguinte ideia: resgatar a memória do Tribunal

- 1 O Programa História Oral teve início em 2008 com a desembargadora Maria Thereza Braga Haynes e seguiu até 2010. Em 2014, o programa foi retomando pela 1ª Vice-Presidência do TJDF.
- 2 Maria Thereza de Andrade Braga Haynes, desembargadora do TJDF entre 1980 e 1991, ano de sua aposentadoria. Foi a primeira mulher a ocupar tal cargo no Tribunal, como também a primeira Corregedora e, até então, única mulher a exercer o cargo de Presidente desta Corte de Justiça. Coordenou também a comissão de implantação do Conselho Gestor do Programa Memória do TJDF e conduziu aproximadamente 30 entrevistas deste Programa História Oral.
- 3 Então juiz de Direito do TJDF Sebastião Rios Correa.

de Justiça através do resgate da história, da trajetória daquelas pessoas que contribuíram para fazer este Tribunal como ele está hoje. Essas pessoas são, especialmente, os magistrados. Notamos que a maioria dos magistrados se aposentava, ia embora e não deixava absolutamente nada. Aqueles que atingiam a Administração deixavam um retrato na galeria dos Ex-Presidentes, Ex-Vice, Ex-Corregedor, mas fora disso não ficava nada. Então, era preciso fazer mesmo um trabalho desse, para que o colega que se aposentou pudesse falar um pouco dele, não só da sua vida como juiz, falar um pouco da sua vida anterior. No caso de Vossa Excelência, eu sei que foi um magistrado que já chegou aqui com muita bagagem. Tinha uma longa trajetória, uma longa caminhada como consultor, como membro da Ordem dos Advogados, como Procurador do Distrito Federal, então isso tudo com certeza será muito interessante, que fique registrado aqui neste Projeto Memória. Então, podíamos começar indagado do colega se ele pode contar um pouco da sua trajetória desde estudante de Direito até chegar aqui como desembargador.

Desembargador Campos Amaral

Perfeitamente. Inicio minha formulação nesta oportunidade cumprimentando o eminente desembargador Hermenegildo (Fernandes) Gonçalves, que foi Presidente⁴ do nosso Tribunal de Justiça, e hoje é nosso Ouvidor, e também a eminente desembargadora Carmelita Brasil⁵, que é

- 4 Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves. Eleito Presidente do TJDF, para o biênio 1998/2000.
- 5 Carmelita Indiano Americano do Brasil Dias. Primeira Vice-Presidente do TJDF, no biênio 2014-2016. Desembargadora do TJDF desde 2002.

Vice-Presidente do Tribunal. Ao cumprimentá-los, gostaria de acentuar que vêm prestando um grande serviço à memória do Tribunal, desenvolvendo, aqui, este memorial que vai registrar toda a sua história. A minha vida no campo do Direito, posso dizer que sempre tive a intenção, mesmo quando rapaz, de estudar Direito e mesmo antes de entrar na faculdade em São Paulo, trabalhava em um famoso escritório de advogados, Doutor Mendes Júnior, na Rua São Bento, fazia o terceiro clássico e conduzia processo. Naquele tempo, o fórum trabalhava também de manhã, conduzia processos logo cedo para o Fórum João Mendes, ali próximo à Praça da Sé. Depois ingressei na faculdade e continuei trabalhando com escritório, percorria várias cidades do estado de São Paulo levando petições, etc., até era um conselho da minha mãe, me vestia sempre bem e às vezes os juízes me confundiam, achavam que eu era um advogado, me chamavam de doutor e eu ficava um pouco acanhado, porque não tinha ainda essa posição.

Desembargadora Carmelita Brasil

Aliás, aqui vale um registro, não é, desembargador Hermenegildo? O desembargador Campos do Amaral sempre foi muito elegante. Mas, desembargador, a família do senhor é de juristas, esse gosto pelo Direito teria sido herdado ou cultivado por esses ancestrais?

Desembargador Campos Amaral

Não. Minha família não é de juristas. Meu pai era tabelião. Então, quando o auxiliava lá no cartório, naquele

tempo era cartório e escritania, entendeu, então acompanhei ali demandas de famosos advogados que existiam naquela época. E o escrivão, naquela época, percebia as custas, ele não tinha a remuneração mensal como é hoje, como aqui no fórum é oficializado. Então, ele tocava os processos, fazia com que os processos andassem, porque tinha aquilo que era chamado preparo, que era o pagamento de todas as custas antes do juiz proferir a sentença. Ali eram as custas do escrivão, do porteiro dos auditórios, do oficial de justiça, etc. Então, havia sempre o interesse do escrivão que o processo andasse. Porque ele não tinha no fim do mês o vencimento debitado na sua conta, como é hoje.

Desembargadora Carmelita Brasil

A cidade qual era, desembargador?

Desembargador Campos Amaral

Anápolis (GO). E há um fato pitoresco, porque o velho era muito rigoroso, e havia lá um magistrado, um pouco lento, então ele levou lá, certa feita, a conclusão de um processo para ele e o juiz falou: “Não, hoje, não. Traz outro dia, que estou muito ocupado.” Aí ele levou uma segunda vez e o juiz repetiu isso. Aí, na terceira vez ele levou e quando o juiz abriu os autos encontrou três certidões, que diziam: “Certifiquei que fiz concluso o processo ao juiz em tal data, às tantas horas, ele mandou que eu levasse e depois...” Ele: “E como é que se escreve isso aí!” (Risos) Mas, é verdade ou não é? É verdade. Entendeu? (Risos) E aí, naquele tempo, quando terminei o terceiro ano da faculdade de Direito, você tirava a carteira de solicitador acadêmico. Aí, abri um escritório de advocacia em sociedade com o doutor Heitor Mello do Prado, no prédio da Ordem dos Advogados

de São Paulo, que foi construído pelo Noé Azevedo⁶, que foi o Presidente da Ordem quase que permanente em São Paulo, então comecei a advogar. O solicitador só não podia assinar a petição inicial, tinha que ser assinada junto com o advogado. Daí, nunca mais parei de advogar. Quando eu terminei o curso, vim para Anápolis (GO), que é a minha terra natal, onde advoguei por três anos e depois vim para Brasília, porque tinha intenção para Brasília. Lá em São Paulo houve um movimento, porque houve uma coincidência, que o presidente do Centro Acadêmico 11 de Agosto era, hoje, o doutor Paulo de Azevedo Marques⁷, que era o filho de um magistrado paulista, mas ele tinha nascido em Goiás, Morrinhos. Então ele fazia muita força para a mudança da capital. E fez lá uma semana nacional mudancista e, ele era muito meu amigo, me delegou a incumbência de oficializar os convites para todos os estados do nordeste. Aí eu fui, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas. Quando cheguei lá em Alagoas, um colega lá do diretório falou: “Olha, é bom você ir para Recife, porque a Assembléia Legislativa de Alagoas está homiziada na Assembléia Legislativa de Recife, porque o governador Falcão havia colocado a Assembleia para fora do Estado. Então, não desci em Alagoas, Maceió, e segui direto para Recife e lá entreguei os convites para os dois presidentes da Assembléia de Pernambuco e de Alagoas. E essa semana mudancista que se realizou em São Paulo, tenho fotografias, foi um sucesso. Era de apoio à mudança da capital, etc. Então, depois eu vim para cá. Mas, antes de vir para Brasília, queria fazer, se me permitirem, queria fazer um pequeno comentário, que vigorava a Consti-

6 Noé Azevedo, foi Presidente da OAB-SP por mais de 25 anos, o maior mandato da instituição. Advogado, jurista e professor de Direito.

7 Advogado, que presidiu o Centro Acadêmico 11 de Agosto, SP.

tuição de 1946, que era uma constituição muito liberal. Mas, quem cometesse homicídio, tinha a prisão preventiva obrigatória. A prisão não era facultativa, era obrigatória. Cometeu homicídio, o juiz tinha que decretar prisão preventiva obrigatória. Eu fiz vários júris, tanto como defensor, como assistente de acusação e o réu levado a julgamento, se tivesse um voto contrário, e o Ministério Público apelas-se, ele continuava preso enquanto os recursos não fossem esgotados. Ele só saía livre se ele fosse absolvido por sete a zero. Faço esse comentário para lembrar agora essa decisão do Supremo Federal que diz que a pessoa julgada pelo Tribunal de Justiça, de 2º grau, está sujeita à prisão. E trouxe aqui um discurso que fiz na saudação do eminente desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves quando tomou posse como Presidente do Tribunal e que me convidou para fazer a saudação. Então, são palavras que eu disse no discurso de posse e que vou falar entre aspas: “Penso que há, realmente, necessidade de reforma da Constituição no Capítulo do Poder Judiciário, especialmente no que se refere aos Recursos. E o princípio que se deve conduzi-la é o de que cada parte tem o direito a dois julgamentos justos. O primeiro pelo juiz da instância singela e o segundo pelo Tribunal de Justiça através de recurso. No Tribunal de Justiça, como regra, se encerraria o litígio, salvo nos casos de sua competência originária, em que haveria recurso para o Tribunal Superior. Somente em hipóteses excepcionálistimas admitir-se-ia recurso para o Tribunal de âmbito federal.” É o que agora o Supremo fez. Mas, ao sair da sessão na sua posse, encontrei um advogado que disse: “Desembargador, o Senhor quer tirar nossos serviços?” Falei: “Não. O que eu quero é que quando o seu cliente ganhar a causa, ele receba o que ganhou e quando ele perder, ele pague o que

perdeu, porque presentemente você ganha, mas não consegue a concretude da Justiça, e muitas vezes o cliente falece e o recurso fica aí trinta, quarenta anos e não se consegue. Então fiquei satisfeito com essa nova jurisprudência do Supremo, inclusive até no Cível, porque se vê hoje, a execução provisória não dá direito à praça de domínio, não é? Então eu acho que há uma presunção de inocência que eles alegam existir, mas se há uma decisão do juiz, se há uma decisão do Tribunal de 2ª Instância, então essa presunção já está um pouco quebrada, e se houver um erro o Tribunal Superior corrigir, ou então no caso de haver uma praça, a pessoa perder o bem e depois não ter condições de recompor, acho que são os riscos da vida. Há uma frase de Guimarães Rosa, no seu livro *Grandes Sertões Vereda* que ele diz o seguinte: “Viver é perigoso.” Quer dizer, não há nada que não tenha risco.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

E a sociedade cobrava isso.

Desembargador Campos Amaral

Cobrava. Então, acho que foi muito boa essa decisão. É o que sempre digo: toda demanda tem que ter um fim. Não é possível que ela se prolongue no tempo. Aí, em relação à minha carreira, depois fui Procurador do Distrito Federal, fui Procurador-Geral, pratiquei vários atos...

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Lembra-se de algum relevante, desembargador?

Desembargador Campos Amaral

Lembro. Foi com último prefeito do Distrito Federal. Naquele tempo, o prefeito era nomeado pelo Presidente da República e não havia Câmara Legislativa. Então, o prefeito tinha todo o poder, era um delegatário do Presidente da República. Ele me designou, e tive a honra de ser o último Secretário, porque o Procurador-Geral tinha status de Secretário de Estado, e fui o último que ele convidou, mas, com o passar do tempo, na Administração, ele não fazia nada sem me chamar, pedir a minha opinião, às vezes até em assuntos que não eram da minha alçada. Havia sido instituída em lei, mas faltava instalar, e ele me designou para constituir a Companhia de Eletricidade de Brasília – CEB, a Companhia de Saneamento Ambiental de Brasília – CAESB, e a COTELB, que era a companhia de telefone. Então, fundei essas companhias, redigi os primeiros estatutos e a primeira diretoria. Há até um fato pitoresco. Havia os departamentos. Então, quem era superintendente da CEB, era indicado para ser o novo presidente, mas estava tudo pronto para instalar a CEB, mas não saía o decreto de concessão, e o Ministro das Minas e Energia era o General Costa Cavalcante⁸. Só faltava isso, e o Prefeito: “O Ministro não solta o decreto”, e havia três cargos: superintendente, diretor administrativo e diretor técnico. Eu sugeri que o Prefeito oferecesse ao Ministro que indicasse um dos cargos e ele me disse para ir com ele até o General, que nos atendeu muito bem, e então ele ofereceu para

⁸ Ministro de Minas e Energia entre 1967 e 1969. Em 1974, tornou-se o primeiro diretor-geral da Usina de Itaipu. Foi um dos participantes, em 1968, da 43ª sessão do Conselho de Segurança Nacional que aprovou por unanimidade a entrada em vigor do AI-5.

ele um cargo da diretoria, de repente, o Prefeito recebe um ofício que dizia que “considerando que Eduardo Cartaxo vai ser o superintendente, eu indico um outro para diretor técnico”. O Prefeito falou: “Mas eu havia oferecido um cargo e ele (o General) estava indicando dois”. Perguntei: “Mas o senhor não iria indicar isso mesmo?” Ele: “Eu iria, mas aí a indicação ficaria sendo dele (do General)”. Pedi a ele: “Relevasse isso”. Ele relevou e, imediatamente, saiu o decreto de concessão da distribuição da energia. Então, me orgulho muito desses três atos, porque trabalhei muito naqueles estatutos e foram muito bem feitos. Agora, lamento que, era uma companhia muito rica a CEB, porque tinha um patrimônio imenso que foi avaliado, e sei que hoje está em dificuldades financeiras. Isso é muito triste.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

É, mas, certamente, mexeram nesses estatutos.

Desembargador Campos Amaral

Hoje já há a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, e muita coisa já foi modificada. Então, praticamente, desde a minha mocidade, trabalhei em escritório de advocacia, da Procuradoria... Fui conselheiro da Ordem, fui presidente por dois biênios da Comissão de Ética e Disciplina, como se chamava naquele tempo, hoje se chama Tribunal de Ética. Fui também consultor jurídico do Ministério do Interior, o Ministro era João Alves⁹, um sergipano, naquela época em que fui consultor. Tive a honra, depois a Ordem me indicou, de ser aprovado aqui pelo Tribunal e aqui estive durante 10 anos e quatro meses. Cheguei à Vice-Presidente e fui atingido pela compulsória.

⁹ João Alves Filho. Político brasileiro. Foi Ministro de Estado do Interior (1987-1990), no Governo do Presidente José Sarney. Governador de Sergipe por três mandatos e prefeito de Aracaju/SE.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Agora que já vimos essa trajetória brilhante até chegar aqui, vamos ver se o colega se lembra de alguns julgamentos, alguns atos que tenham sido relevantes ou que tenham repercutido, para colocarmos como contribuição para o Projeto Memória.

Desembargador Campos Amaral

Desembargador Hermenegildo Gonçalves, a desembargadora Carmelita Brasil, quando falou comigo, perguntou-me se eu me lembraria de algum caso. Então, recordei dois casos, um administrativo e outro jurisdicional. Não vou citar nomes, mas o administrativo foi o seguinte: houve uma questão em que o Tribunal Pleno Administrativo ficou profundamente dividido. Levada a questão à decisão, houve empate. O Presidente da época desempatou, e desempatou contra a corrente que eu integrava, foi uma interpretação de Regimento Interno. Fui pra casa à noite e pensei muito. Cheguei à conclusão de que não tínhamos perdido, mas ganhado a votação. Chamei um colega, troquei ideias com ele, e ele achou que eu tinha razão. Fizemos um requerimento ao Presidente para que ele reconsiderasse o resultado e fizesse uma outra proclamação. A questão era que tinham votado dois irmãos desembargadores, o primeiro votou conosco e o segundo votou contra, então, o segundo estava impedido pelo Regimento. Então, o voto dele era nulo. Como ele não podia ter votado, não houve empate e nossa corrente havia vencido. O Presidente, então, acolheu essa nova petição que fiz e o colega subscreveu e inverteu o resultado. Há uma norma do Regimento que diz que quando há dois desembargadores irmãos, o primeiro que votar impede o segundo. Não me lembro exatamente o mérito da questão e também não tem grande relevo.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Mas foi interessante.

Desembargador Campos Amaral

Agora, no caso jurisdicional, eu fui procurar nos meus alfarrábios e encontrei a Apelação Cível 011017157-4/99. Tratava-se do seguinte: quando foi implantado o Plano Real, o dólar estava equiparado ao real, ou seja, um real valia um dólar, e isso permaneceu por um certo tempo. Então, as instituições financeiras fizeram contratos de empréstimos e de arrendamento mercantil com a cláusula de reajuste na variação cambial. Então, se variasse o câmbio, haveria o correspondente reajuste. Isso foi indo muito bem, até que a situação entrou novamente em dificuldade, e o governo baixou um decreto aumentando a diferença cambial para 80%. Aí, os bancos credores queriam cobrar dos devedores esse aumento de 80%, o que tornaria os contratos praticamente impagáveis. Houve essa ação, e foi aplicado o princípio *jus publicum privatorum pactis derogare non potest*, ou seja, as convenções particulares não derogam as leis de ordem pública. Então, não prevalecimento da cláusula *pacta sunt servanda* rompimento da base do negócio jurídico. De acordo com essa jurisprudência, decidimos que não poderia haver o reajuste pela variação cambial. Achei essa causa importante, não que atingisse muitas pessoas, mas foi uma jurisprudência nova que se formou, e atingiu o universo de todos que tinham tomado empréstimos ou feito arrendamento mercantil no Brasil, porque quando fizeram

o contrato, o real estava tão firme que ninguém contava com um reajuste de 80% na variação cambial.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

O *pacta sunt servanda* sempre deve ser homenageado e cumprido, mas há alguns casos que estão fora disso, e esse parece que era um desses.

Desembargador Campos Amaral

Então, trouxe esse dois casos que me lembrei e no mais, são trabalhos que fizemos, não gosto de dizer, mas sempre fui muito afeito ao trabalho. Tenho orgulho de não ter deixado para o sucessor nenhum processo administrativo e nenhum processo jurisdicional. Deixei o gabinete em dia. Mas, para isso, era preciso um método de trabalho. Levantava muito cedo e já começava a fazer os votos, etc., porque se você deixar acumular, sabemos perfeitamente que depois é difícil de atender.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Depois, o tempo passa. Estou me lembrando aqui que o colega também foi do Eleitoral e deu uma grande contribuição lá.

Desembargador Campos Amaral

Sim. Fui Vice-Presidente e Corregedor do Eleitoral, quando o desembargador (José) Jeronymo (Bezerra) de Souza era Presidente. Começamos lá na sede onde era o INCRA, no Setor Bancário Norte, próximo ao Teatro Nacional, e, durante a nossa gestão, conseguimos terminar e inauguramos a nova sede aqui próxima.

Desembargadora Carmelita Brasil

Exatamente. Foi durante a gestão¹⁰ do desembargador Campos Amaral e do desembargador Jeronymo de Souza que o prédio do TRE/DF foi inaugurado.

Desembargador Campos Amaral

E tivemos muito trabalho na Eleição de 1998, porque o governador era candidato. Sempre que um governador é candidato, a eleição torna-se muito renhida e disputada. Então, eu e o desembargador Jeronymo de Souza trabalhamos muito e tivemos muitos problemas de transporte no primeiro turno e problema eleitoral no segundo turno. Houve um fato bastante pitoresco, porque nós trabalhamos muito e devo dizer que fomos o primeiro tribunal eleitoral a terminar a apuração. O segundo foi Santa Catarina. Nós ganhamos por quinze minutos. Porque Santa Catarina é sempre muito eficiente. Houve um incidente que quase derruba todo o nosso trabalho, porque... eu não sei, acho que a senhora (desembargadora Carmelita Brasil) que foi relatora, que cancelou o registro de um candidato, não sei se eu posso dizer o nome... era o Tatico, lembra disso? Ele teve o registro de sua candidatura negado, e, então, foi determinado ao pessoal da informática do Tribunal que não se apurassem os votos para ele, porque ele já estava no programa. Então, eles colocaram um dispositivo que impedia que fossem apurados os votos daquele candidato. Lá pela meia noite, entra no gabinete da Corregedoria o doutor (inaudível) Barbosa e fala comigo: "Olha, desembargador eu estou estranhando, porque é previsto que o meu cliente tenha um número muito grande de votos e, até aquele momento, não saiu nenhum voto pra ele". Eu falei: "Mas ele está com a candidatura suspensa, não registrada". E ele me disse: "Mas teve uma liminar do TSE

que mandou apurar os votos dele". Então, eu falei: "Vamos ao gabinete do Presidente". Fomos eu e o advogado ao gabinete do desembargador Jeronymo de Souza, que ficou branco, porque já havia um segundo colocado (que afinal ficou como suplente), que já estava se considerando eleito por causa da legenda, porque aquilo tinha uma influência muito grande na legenda. Aí o desembargador Jeronymo de Souza mandou chamar o diretor-geral, que, por sinal, estava em casa dormindo, e nós lá, trabalhando, e já era meia-noite. Aí ele ficou possesso. Então, telefonou para ele: "Você recebeu um telex do TSE, concedendo uma liminar para um candidato (naquele tempo era telex)?" Ele falou: "Recebi". "Ué, e você não trouxe para mim nem para o desembargador Corregedor? Onde o senhor está?" "Estou em casa". "Então venha imediatamente para cá!" Ele o chamou para lá e tal, e trouxe o... O TSE tinha concedido uma liminar mandando apurar os votos desse candidato. Chamamos o pessoal da informática e perguntamos como fazer. Eles falaram: "Nós colocamos lá um dispositivo, nós vamos retirá-lo, e com certeza os votos dele vão aparecer". E daí, retiraram. Veio aquela enxurrada de votos, e o candidato foi eleito com uma larga vantagem. Então, com isso aí, um pequeno fato ia destruir todo o trabalho que estávamos fazendo. Mas finalmente Deus ajudou e conseguimos encerrar a apuração. Mas foi uma luta muito grande essa Eleição de 1998. Teve o governador que saiu com esparadrapo na boca, protestando, houve comício contra o Tribunal. Foi uma eleição das mais pesadas que houve em Brasília. Lembro-me que saí de casa 7h da manhã e cheguei no outro dia 7h da manhã. Vi o dia amanhecer pela janela do Tribunal, vendo a Esplanada (dos Ministérios) aparecer, clareando o dia, vendo o sol nascendo.

Desembargadora Carmelita Brasil

Eu estava no TRE como juíza e também participei desse período.

Desembargador Campos Amaral

A senhora não foi relatora desse registro?

Desembargadora Carmelita Brasil

Não.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

São fatos que a gente não esquece.

Desembargador Campos Amaral

Não esquece, fica gravado.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Esses fatos devem realmente constar porque são relevantes e constroem a história da Justiça.

Desembargadora Carmelita Brasil

Porque essa ação judicial a que o desembargador Campos Amaral fez remissão, nós tivemos durante anos questões envolvendo esse pagamento de prestação de leasing através de reajuste cambial. E não só em Brasília, mas no Brasil inteiro.

Desembargador Campos Amaral

Ainda temos um tempinho?

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Sim, claro.

Desembargador Campos Amaral

Eu poderia acrescentar que, quando era advogado, fui indicado para o Tribunal Regional Eleitoral, que funcionava no 4º andar aqui do Palácio (de Justiça), e o fui por dois biênios. A primeira vez eu fui como suplente, mas o titular não teve assiduidade, e eu acabei ficando como efetivo, e depois fiquei também como efetivo.

Desembargadora Carmelita Brasil

Na classe de jurista?

Desembargador Campos Amaral

Na classe de jurista. Eu tive um colega, ilustre advogado, doutor José Bonifácio Diniz, o criminalista. A Presidente do Tribunal era a desembargadora Maria Thereza Vargas¹¹. Tivemos umas sessões lá muito agitadas, e havia um advogado que queria fazer sustentação oral num agravo de instrumento. E a desembargadora, muito educadamente, disse que ele não tinha direito de sustentar em agravo de instrumento. E ele subiu na tribuna e começou a falar. Aí ela se zangou e falou: "O senhor desce da tribuna, que o senhor não pode falar, senão vou chamar a segurança". Mas era um assunto que estava muito agitado.

11 Maria Thereza de Andrade Braga Haynes. Desembargadora do TJDF entre 1980 e 1991, ano de sua aposentadoria. Eleita Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF) para o biênio 1986/1988 e eleita Presidente do TJDF para biênio 1988/1990.

Aí o José Bonifácio (coincidentalmente, a gente tinha o mesmo pensamento, os nossos votos eram coincidentes, teve o caso da Márcia Kubitscheck, em que votei a favor dela, e ele também) disse: “Olha, vou lhe dizer uma coisa, você tenha cuidado porque se há uma coisa que causa paixão é política. A política causa mais paixão que mulher”. Ele tinha razão, porque no final dessa sessão, que foi à noite, houve luta corporal nos corredores do Palácio. Um advogado muito violento se envolveu. Então fui, também, antes de ser Corregedor, Desembargador do Tribunal Regional Eleitoral, fui na classe de jurista.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

O Tribunal Eleitoral funcionava no 4º andar do nosso Tribunal. E quem transferiu daqui fui eu, porque o Tribunal precisava crescer, não havia como. Tive que transferir, provisoriamente, para um prédio no Setor Bancário Norte. Mas algumas sessões do Tribunal Eleitoral são muito interessantes. Só para lembrar aqui, eu tive lá um caso de um advogado que foi à tribuna e disse que queria levantar suspeição de todo o Tribunal. Acho que era o desembargador (José) Manoel Coelho que estava na presidência, eu era o relator, ele me passou a palavra e eu falei que não tinha muita coisa a acrescentar, os pedidos absurdos só podem ser indeferidos de plano.

Desembargadora Carmelita Brasil

Desembargador Campos Amaral, dentre as funções exercidas, há também a Vice-Presidência do nosso Tribunal.

Desembargador Campos Amaral

Ah, fui Vice-Presidente.

Desembargadora Carmelita Brasil

E nós ainda não nos detivemos, nesse período da sua Vice-Presidência, em alguma atuação, alguma criação importante para o Tribunal, época de concurso sempre surge alguma novidade. Lembra-se de algum fato?

Desembargador Campos Amaral

Fui membro da banca examinadora do concurso de Juiz de Direito Substituto, ainda como advogado, tive alguma indicação. Depois como Vice-Presidente, era o Presidente natural. Então fui por dois concursos. O Tribunal precisava muito de juízes, havia uma falta muito grande de juízes de direito substitutos. Então, fiz um apelo aos componentes da banca, para que, sem prejuízo da qualidade, nos esforçassemos para aprovar o maior número de juízes, porque nunca eram preenchidas as vagas existentes.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Não mudou nada.

Desembargador Campos Amaral

Então fizemos o trabalho, havia uns examinadores muito duros. Eu disse: “Se o candidato tem uma boa base, o restante ele vai aprender na magistratura com os colegas mais velhos, e tem condições. Agora precisa ter o mínimo, um pouco mais que o mínimo, precisa ter os conhecimentos necessários”. Houve concursos em que foram aprovados dois ou três candidatos.

Desembargadora Carmelita Brasil

Até um aprovado nós tivemos.

Desembargador Campos Amaral

Então, em meus dois períodos de atuação, em um aprovei vinte e dois¹² e no outro¹³, vinte e três juízes. Agora eu soube que, recentemente, parece que aprovaram um número maior.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Trinta e três¹⁴. Foi recorde.

Desembargador Campos Amaral

Que beleza! Você participou também, mas sabe que, parece que, com os tempos modernos, o trabalho vai reduzindo, porque hoje só vão à segunda prova, a discursiva, os primeiros duzentos, não é?

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Trezentos.

Desembargador Campos Amaral

No meu tempo não tinha isso. Não havia nota de corte. Então eu me levantava às 6h, ficava quatro, cinco, seis horas corrigindo prova. Fiz até uma tabela pra não ser injusto, quem acertou isso e tal. Era um serviço bastante pesado. E precisa ter muita saúde para resistir àquilo ali.

12 XXVIII Concurso para a Magistratura do DF (2000-2001).

13 XXIX Concurso da Magistratura do DF (2001-2002).

14 XLI Concurso Público para a Magistratura do DF.

Você tem que entregar as provas corrigidas. Hoje, uma parte da prova é feita por uma entidade, não é?

Desembargadora Carmelita Brasil

Só o chamado “provão”. Aquela primeira prova, em que as questões são objetivas. As demais continuam sendo feitas pelos membros da banca.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Recentemente, fizemos, no último fim de semana, as provas discursivas, de perguntas, de sentenças, cível e criminal, e agora estamos corrigindo.

Desembargadora Carmelita Brasil

Agora, desembargador, além desse “provão” composto de cem questões objetivas, temos mais três provas dissertativas: uma de questões, envolvendo toda a matéria, porque hoje há uma Resolução do CNJ que exige determinadas matérias que antigamente não constavam do programa, como Direito Ambiental, Noções de Direito e Formação Humanística, Direito Eleitoral hoje é uma matéria autônoma no concurso. E depois uma prova também dissertativa composta de sentenças, uma cível e uma criminal.

Desembargador Campos Amaral

Sei que o concurso aqui é difícil, porque vejo muitos bacharéis aí, alguns até servidores do Tribunal, de muita competência, que chegam ao concurso e não são aprovados.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Mas eu louvo, tirando a minha parte, a Comissão de Concurso, que trabalha muito, um trabalho

pesado e de muita responsabilidade. É um esforço físico também.

Desembargador Campos Amaral

Na época, lutei muito para aumentar a remuneração dos examinadores. Agora, eu soube que tiraram essa remuneração.

Desembargadora Carmelita Brasil

Tiraram, mas conseguimos novamente uma previsão expressa para que eles recebam. Eles voltaram a receber. Mas chegaram a um ponto de precisar judicializar a questão. Temos vários mandados de segurança de membros da banca naquele período em que suspenderam o pagamento.

Desembargador Campos Amaral

Isso é um serviço extra, feito com sacrifício.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Extra e bastante pesado. Desembargadora Carmelita Brasil, Vossa Excelência tem mais alguma pergunta? Porque, se não tiver, pediria ao desembargador Campos Amaral que completasse com o que bem entender, não é?

Desembargadora Carmelita Brasil

Mas antes de completar, desembargador Campos Amaral, gostaríamos de agradecer demais a sua presença e dizer que a sua passagem pelo Tribunal foi muito significativa, que os seus julgados são lições que nós não esquecemos. E pela gentileza, pela delicadeza e pela presteza de aceitar o convite do Memorial, queremos registrar os nossos agradecimentos.

Desembargador Campos Amaral

Eu fico muito grato, desembargadora Carmelita e desembargador Hermenegildo, por terem me feito este convite, que me permitiu lembrar algumas coisas. Devo dizer que, como advogado, e depois também como integrante do Tribunal, eu sempre tive muita admiração e respeito pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Sob certos aspectos, ele é diferente dos outros tribunais. Primeiro, como falou o desembargador Hermenegildo, tem uma história longa que vem desde o Tribunal da Relação da Bahia, do Rio de Janeiro e até aqui. E em segundo lugar, porque ele é composto por Magistrados originados de vários Estados da Federação. Em princípio, a maioria era de Magistrados mineiros. Razão por que o fundador da Capital era um mineiro, o grande Presidente Juscelino Kubitschek (de Oliveira)¹⁵. Enquanto que os outros Tribunais Estaduais, em sua maioria, seus integrantes são originários do próprio Estado. Então aqui há uma convergência e uma divergência de conhecimento e de pessoas que trazem também os costumes da origem de sua naturalidade. E é um Tribunal que julga rápido, não é verdade? O Tribunal de Justiça do Distrito Federal (e dos Territórios) sempre julgou rápido e acho que continua julgando no presente momento. De modo que, para mim, foi uma grande honra em integrar o Tribunal de Justiça do Distrito Federal aqui, (ter) conhecido excelentes colegas, só deixei amizades aqui e fico muito satisfeito e agradecido por ter tido essa oportunidade de trazer aqui um pouco

15 Ocupou a Presidência da República de 31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961. Foi o responsável pela construção da nova capital federal, Brasília, promovendo, assim, o desenvolvimento do interior e a integração do país.

de minha trajetória no campo do Direito. Agora ainda me preocupo, os eminentes desembargadores também devem estar preocupados, porque vamos ter que estudar um novo Código de Processo. Porque estudei no Código 39¹⁶, no querido amigo Batista Martins. Tive um grande mestre de Processo Civil que foi o professor Gabriel de Resende Filho. Eu era profundo conhecedor, modéstia à parte, do Código 39. E depois ele faleceu. Porque eram três anos o curso de Processo. Ele faleceu no final no segundo ano. Fui ao enterro dele no cemitério da Consolação, em São Paulo. E era livre docente o Ministro Amaral Santos¹⁷, que assumiu a cátedra. Naquele tempo era catedrático e livre docente. Hoje acho que é titular, mudaram a denominação. O Ministro Amaral Santos foi com quem completei. De modo que quando saiu o Código de 73¹⁸, o Código Buzaid, também ele era livre docente e dava algumas aulas, tive o desânimo muito grande, mas também, finalmente, acabei estudando o Código de 73. Agora vem esse Código Fux¹⁹, que é o presidente da comissão e estou começando a estudar, parece que mexeram muito na parte

16 Código de Processo Civil de 1939.

17 Moacyr Amaral Santos, ministro do STF, entre 1967 e 1972.

18 Código de Processo Civil de 1973, conhecido por “Código Buzaid”, por ter sido elaborado pelo então ministro da Justiça, que, depois, viria a se tornar ministro do Supremo Tribunal Federal, Alfredo Buzaid.

19 Novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor em março de 2016. O ministro do STF Luiz Fux presidiu a Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de reforma do novo CPC.

de honorários advocatícios e muitas outras coisas, não é verdade? Então vamos ter que estudar mais um código. Eu não, pois não estou mais atuante, dou uma pequena assistência jurídica, algumas coisas para meus filhos, etc., mas de qualquer maneira temos que conhecer. Pois em algum momento surge um problema e temos que saber. Então as leis mudam e os códigos mudam.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

O Brasil tem adotado essa orientação de mudança de códigos. Nem sempre com vantagens. Vejam, o Código de 1916, o Código Civil, que era um monumento legislativo. E foi trocado, e, data vênica, não vi muitas vantagens. Mas é isso.

Desembargador Campos Amaral

Tenho muita saudade da ação executiva do Código de 39. Porque, com um título extrajudicial, você entrava com uma ação, citado para pagar em 24 horas, sob pena de penhora, aí feita a penhora, havia a contestação, e tudo corria dentro de um processo até em cima. E quando transitava em julgado, você poderia fazer a praça do bem penhorado. Agora, o Código de 73 deu uma autonomia, mas, como dizia o Ministro Valadares, que a teoria, na prática, era diferente. Porque fizeram dois processos. O processo de execução e os embargos. Duas atuações e dois processos. Para poder dar mais agilidade ao processo de execução. Mas não deu. Porque o Tribunal de Justiça, pelo menos no meu tempo, quando havia recurso especial da apelação e era denegado e havia o agravo, enquanto o agravo não voltava do STJ, os autos dos embargos não voltavam à 1ª Instância. Então, acho que aí houve um retrocesso em relação ao

Código 39, mas sempre tudo evolui. Vamos acompanhar essa evolução. Também não podemos falar daquilo de que ainda não conhecemos. Estou começando a ler esse novo código. Vamos ver.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Desembargadora Carmelita Brasil, temos mais alguma coisa?

Desembargadora Carmelita Brasil

Não. Obrigada, senhor desembargador.

Desembargador Campos Amaral

Eu que agradeço.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Vamos agradecer penhoradamente a sua contribuição que, como sempre, foi muito relevante.

Desembargador Campos Amaral

Muito obrigado pelo convite.

◀fim▶

DATA DA ENTREVISTA

10/3/2016

LOCAL

Memorial TJDF – Espaço Desembargadora Lila Pimenta
Duarte, Brasília-DF

ENTREVISTADO

Desembargador José de Campos Amaral

ENTREVISTADORES

Desembargadora Carmelita Brasil
Desembargador Hermenegildo Gonçalves

TRANSCRIÇÃO

Subsecretaria de Apontamentos – SUAPO

REVISÃO

Iêda Oliveira de Araújo Alves – NUAMI

PROJETO GRÁFICO

Diego Vilani Morosino – ACS

DIAGRAMAÇÃO

Roberta Bontempo Lima – ACS



PROGRAMA
HISTÓRIA ORAL

DESEMBARGADOR
JOSÉ DE CAMPOS AMARAL

NUAMI

Núcleo de Apoio à Preservação
da Memória Institucional

SEGD

Secretaria de Gestão
Documental

PVP

Primeira
Vice-Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL
E DOS TERRITÓRIOS

TJDFT